

NUTRIENTES
RATÊM NOME:

SOMAX

EMPRESA NACIONAL

Empresário afirma que o texto aprovado coloca o Brasil contra o mundo

por Jorge Freitas
do Rio

O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma), Jorge Raymundo Filho, disse ontem que, se for aprovado em plenário o texto da Comissão de Sistematização sobre empresa nacional, os executivos brasileiros de empresas multinacionais passarão a encontrar dificuldades para convencer suas matrizes a investir no País.

"Não sei como vamos fazer, porque estamos nos encaminhando para contramão da história. Se não for modificado, o texto aprovado na Sistematização é xenofobo e coloca o Brasil contra o mundo, discriminando o capital internacional", afirmou. Segundo ele, o texto deverá ser modificado em plenário, em virtude da maior quantidade de votos e porque ele considera que "as posições dos parlamentares da Comissão de Sistematização não correspondem ao anseio da maioria da população brasileira".

Como empresário, Raymundo Filho dirige a filial do laboratório inglês Glaxo, no Brasil, e está investindo US\$ 3,8 milhões em ampliação de instalações e preparando o lançamento, para o ano que vem, de antibióticos de terceira geração. No mercado brasileiro, apenas em pesquisa, ele anunciou investimentos de US\$ 200 milhões para o próximo ano. Raymundo Filho disse que os investimentos servirão sobretudo para repor a capacidade produtiva e interromper os contratos que a empresa vem mantendo com outros fabricantes para equilibrar sua produção em níveis compatíveis com a demanda.

"Estamos preocupados com os rumos da Constituinte, mas é impossível imaginar que o legislador brasileiro leve o País a um processo de embotamento. Acho que vai haver modificação, porque a internacionalização da economia é

um fato. As medidas xenofobas prejudicam o País, que não pode crescer, e afugentam a multinacional de um mercado que representa apenas 1,5% do mercado internacional", assinalou.

O presidente da Glaxo participou de um almoço ontem, no Jockey Club, no qual o governador do Rio, Wellington Moreira Franco, defendeu os investimentos privados no estado.

Críticas ao projeto no Rio Grande do Sul

por Inácio Barbosa Soares
de Porto Alegre

"Até as câmaras de comércio estrangeiras consideraram palatável a definição de empresa nacional da maneira como está posta no texto aprovado pela Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte. Mas eu insisto em que este não é um assunto que deva ser regulamentado pela Constituição."

A opinião é do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Luiz Carlos Mandelli.

Para ele, o texto redigido pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) "limita a mais moderna forma de sociedade entre empresas, que é a 'joint-venture', porque impõe restrições ao controle decisório do sócio estrangeiro". Ao mesmo tempo, permite a atuação de "testas-de-ferro", ao estabelecer como condição para que uma empresa seja considerada nacional o fato de o seu controlador viver e ser permanentemente domiciliado no País. "Se o tema fosse regulamentado por legislação ordinária, a sociedade brasileira poderia definir a questão em maior consonância com seus interesses, de acordo com áreas específicas de atuação das empresas", acrescentou Mandelli.